Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	4
5.4 - Programa de Integridade	5
5.5 - Alterações significativas	6
5.6 - Outras inf. relev Gerenciamento de riscos e controles internos	7
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	8
10.2 - Resultado operacional e financeiro	22
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	26
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	27
10.5 - Políticas contábeis críticas	28
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	42
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	43
10.8 - Plano de Negócios	44
10.9 - Outros fatores com influência relevante	46

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

A Companhia está em fase de andamento de sua política de gerenciamento de risco, a qual terá o objetivo de estabelecer, atualizar e unificar os conceitos e as diretrizes gerais do processo, identificando, avaliando e monitorando de forma ativa todos os riscos conhecidos e inerentes ao seu modelo de negócios, conceituando as atividades, bem como as principais responsabilidades atribuídas aos órgãos da administração ou departamentos da companhia.

Enquanto a política citada não entra em vigor, a Companhia gerencia os riscos através de uma estrutura organizacional que envolve as áreas de Auditoria Interna, Jurídico, Financeiro, Diretoria e Conselho de Administração, que se utilizam de instrumentos que auxiliam na gestão de riscos:

- Políticas Internas que definem ações e estratégias sólidas para a condução dos negócios;
- Comitês instituídos e responsáveis pela manutenção das políticas e eventuais desvios em relação as diretrizes estabelecidas:
- Código de Conduta, que objetiva estabelecer os princípios éticos e normas de conduta que devem orientar as relações internas e externas da companhia;
- Código de Conduta de Fornecedores, que unifica o entendimento sobre as diretrizes que norteiam os negócios realizados pela companhia e por seus fornecedores;
- Contratação de apólices de seguros, incluindo cláusula de lucros cessantes, visando a transferência de parcela dos riscos à terceiros;
- Auditorias contínuas implantadas objetivando o monitoramento de processos chaves da organização;

Vale destacar que a Companhia atua seguindo as demais políticas vigentes que norteiam seus negócios e minimizam sua exposição a riscos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mero

a) Riscos para os quais se busca proteção:

Risco cambial: A estratégia adotada para mitigar a exposição cambial dos ativos e passivos da Companhia tem sido manter a exposição cambial passiva em valores aproximados ao equivalente a um ano de suas exportações, dispondo, portanto, de "hedge" natural em seu fluxo de caixa.

Risco de taxa de juros: é decorrente de empréstimos e financiamentos de longo prazo e está associado a empréstimos emitidos a taxas variáveis que expõem a Companhia e suas controladas ao risco de taxa de juros e fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos a taxas fixas expõem as entidades ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Risco de crédito: A Companhia mantém rigorosos controles sobre a concessão de créditos a seus clientes, e ajusta estes limites periodicamente.

Risco patrimonial: A Companhia possui apólices de seguros visando cobrir eventuais sinistros, nas modalidades de Responsabilidade Civil Geral para danos nas instalações do parque fabril, Responsabilidade Civil para Administradores para a cobertura de perdas e danos a terceiros por atos vinculados ao exercício das funções e atribuições dos Administradores.

b) Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A Companhia realiza controle periódico do fluxo de caixa e orçamento, monitorando os saldos para os períodos futuros, alinhando as diretrizes e corrigindo-as conforme as necessidades de caixa, visando sempre as melhores condições de captação para não onerar os resultados da Companhia. Busca também eliminar os riscos com a inadimplência monitorando a carteira de clientes e ajustando sempre que necessário os processos de crédito e cobrança.

Todos os indicadores acompanhados são definidos no Planejamento Anual, aprovado pelo Conselho de Administração.

A operação de novas operações financeiras, o limite de alçada para a diretoria é de R\$ 24,7 milhões.

Referente a operacionalização de crédito e cobrança, a Companhia dispõe de um ERP com parâmetros de segurança onde todos os clientes são avaliados, inclusive com consultas de mercado, onde são atribuídos limites de crédito e aprovação por alçada.

c) Se a Companhia opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Companhia não tem por prática operar instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge).

d) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A estratégia de monitoramento de riscos tem sido conduzida principalmente pela área financeira da Companhia, atendendo a diretriz de exposição cambial, citada no item "a" deste.

e) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Todas as decisões relativas às operações que envolvam algum risco para a Companhia são avaliadas e aprovadas antecipadamente pela Administração, e o gerenciamento dos riscos é um processo continuo

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mero

dentro da Companhia, que são geridos principalmente pela área financeira, conforme mencionado no item "f".

A Companhia possui normas internas para o cumprimento desses processos, e dispõe de um ERP parametrizado para garantir que a sua estrutura operacional seja suficiente e atenda as necessidades de gestão. Também conta com o plano de auditoria interna contratada, visando mitigar os riscos inerentes à operação.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

a) Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Administração entende que a Companhia possui um ambiente de controles internos suficientemente confiáveis para que as demonstrações financeiras estejam livres de erros materiais. Os controles internos são efetuados, em sua maioria, de forma sistêmica, através do sistema de informações integrado (ERP) Oracle.

Buscando sempre qualidade nos processos, a Companhia em contratou uma equipe de auditoria interna para aperfeiçoar esses controles.

b) Estruturas organizacionais envolvidas

Diretoria e Conselho de Administração internamente e Auditoria Externa.

c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O acompanhamento dos controles internos é feito pelo departamento de controladoria, direcionando as melhorias as áreas envolvidas, sempre com a supervisão da diretoria.

d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Monitoramento relacionado a refaturamento de vendas - Recomendação que a Administração realize aprimoramentos sistêmicos, a fim de vincular cruzamento de informações através do número da nota fiscal.

Elaboração e revisão da performance gerencial - Recomendação que sejam formalizados os procedimentos de preparação e revisão da performance financeira, que os principais inputs das informações realizadas sejam conciliados com os registros contábeis.

Calculo do custo - Recomendação para descentralização do conhecimento no que tange a atividade pode comprometer o processo de fechamento a ser executado na ausência desse profissional.

Melhorias nos controles de conciliações.

e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotada

Os Diretores da Companhia acreditam que os processos adotados são suficientes para assegurar a precisão dos dados e a confiabilidade da elaboração das demonstrações financeiras. Embora haja recomendações para melhorar os controles, identificados na revisão da auditoria externa, as correções e melhorias já estão sendo aplicadas, buscando mitigar essas deficiências e deixar os processos mais eficazes. As equipes estão passando por reestruturação de modo que seja viável a aplicabilidade do novo modelo de controle.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Não se aplica, pois todos os fatores já foram comentados acima.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Não ocorreram alterações significativas nos principais riscos de mercado ou na política de gerenciamento de risco em relação ao último exercício social.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

No ano de 2018 apesar da persistência do cenário político econômico instável, de eventos como a paralisação dos transportes, da espera pela definição do cenário eleitoral e, de aumentos significativos dos custos energéticos, a companhia encerrou o ano apresentando resultados consolidados com crescimento, com lucratividade, expansão dos novos negócios e fortalecimento de nossa estratégia. Todavia, permanece o desafio de rentabilizar os ativos existentes e alcançar a maturidade dos novos negócios. O cenário nacional e a crise na Argentina em 2018 provocaram instabilidade nas vendas e volatilidade no mercado. Assim, manteve-se a estratégia de venda de um mix de produtos mais rentável para ambos os mercados. A receita líquida totalizou R\$ 1,054 bilhão, sendo 3% superior à 2017 gerando margem bruta de 38,5% semelhante ao ano anterior. No mercado interno, as vendas cresceram 3,3%, acompanhando o crescimento das vendas do varejo de materiais de construção. As exportações em reais apresentaram crescimento de 1%, favorecidas pela variação cambial. Em dólares, as exportações sofreram os efeitos da crise na Argentina e reduziram, totalizando US\$ 50 milhões contra US\$ 52 milhões de 2017.

A geração de caixa, medida pelo EBITDA, somou R\$ 288 milhões e o lucro líquido R\$ 134 milhões no acumulado de 2018, com margens de 27,3% e 12,7%, respectivamente. O crescimento no EBITDA foi de 52%, impactado principalmente pelo reconhecimento de ganhos extraordinários, como o crédito prêmio IPI no processo judicial "Polo Ativo" e o crédito referente ao "Expurgo de ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS". Sem os efeitos destes, a margem EBITDA foi de 10%. A relação Dívida Líquida/EBITDA reduziu de 2,09x para 1,64x. A dívida teve seu perfil alongado com novas operações com debêntures em 2018.

A ano de 2017 encerra com resultados positivos em um ano cuja instabilidade econômica mostrou-se perdurar e em que o setor apresentou desempenho novamente abaixo das expectativas. Ao longo deste ano a estratégia foi ampliar a rentabilidade, baseada nos diferenciais e alavancas internas de resultado, o que se mostrou um caminho adequado. As exportações foram recordes e representaram uma alternativa acertada frente ao cenário volátil e de retração do mercado doméstico. As vendas brutas somaram R\$ 1,3 bilhões, praticamente iguais a 2016. Segundo a Abramat, o faturamento do mercado de materiais de construção de acabamento deflacionado apresentou queda de 4,0% no ano, o que aponta para um ganho de market share da Companhia no setor. A Companhia focou sua estratégia comercial em um mix de produtos mais rentável no mercado interno, ainda que com volume de vendas menores. Com isso, apesar da receita no mercado interno ter sofrido queda de 3%, a margem bruta consolidada apresentou um ganho de 5 p.p. entre 2017 e 2016. No mercado externo, houve um crescimento de 21% em Reais impactado diretamente pelo aumento de exportações. Foram US\$ 57 milhões em 2017 e US\$ 43 milhões 2016, equivalente a um aumento de 32%. A geração de caixa, medida pelo EBITDA, somou R\$ 189 milhões e o lucro líquido R\$ 64 milhões em 2017. Com margens de 18,5% e 6,3% respectivamente. A retomada da lucratividade é fruto do aumento da margem bruta, do rigor na gestão de despesas, da readequação dos novos negócios ao cenário atual e sensível redução das despesas financeiras com a queda da taxa básica de juros e menor endividamento.

O ano de 2016 encerra um período de intensa turbulência no mercado. A forte deterioração da atividade econômica no país e alta volatilidade do Dólar criaram um cenário desafiador e imprevisível, no qual a Companhia pôde mostrar a resiliência de sua estrutura e força dos diferenciais competitivos. A receita líquida em 2016 somou R\$ 1 bilhão, praticamente igual a 2015. Segundo a Abramat, o faturamento do mercado de materiais de construção de acabamento deflacionado apresentou queda de 8% no ano de 2016. E a Anfacer mostrou queda de 14% nos volumes de vendas de revestimento cerâmico no mercado interno, a pior retração já registrada pelo setor não só pela intensidade da queda, mas também pela sua rapidez. Neste contexto, nossa receita no mercado interno caiu 5%, enquanto o volume cresceu 4%, evidenciando a capacidade da Companhia em mitigar os impactos da retração do consumo. No mercado externo, o aumento

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de 3% foi impactado pelo aumento das taxas de câmbio no primeiro semestre, uma vez que as vendas em Dólar não sofreram variação. A geração de caixa, medida pelo EBITDA, somou R\$ 115 milhões e o lucro líquido R\$ 2 milhões em 2016. A Companhia também avançou com o plano de revisão de sua estrutura de custos e despesas e retomada da lucratividade. Em 2016, foi realizada otimização de gastos com consultoria especializada através da metodologia de Orçamento Base Zero. Os ganhos já realizados nos últimos meses de 2016 foram na ordem de R\$ 4 milhões. Ao longo do ano, também houve a diminuição de R\$ 37 milhões no endividamento líquido, que alcançou o menor montante desde junho de 2015.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

A estrutura de capital da Companhia, que integra o Novo Mercado desde 2008, é constituída de cerca de 158.488.517 ações ordinárias escriturais atualmente.

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento das suas operações, objetivando salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e, manter uma estrutura compatível com seus níveis de endividamento.

O capital é monitorado frequentemente com base nos índices de alavancagem financeira (vide letra "c" a seguir). Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido. Já a dívida líquida, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos e de parcelamento de tributos, subtraído do montante de caixa e equivalentes, e dos créditos com a Refinadora Catarinense (vide letra "f" a seguir).

O capital é constituído de 158.488.517 ações ordinárias, e atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação entre a dívida líquida e o patrimônio líquido, corresponde no consolidado a 57% em 2018, 59% em 2016 e 66% em 2015.

i) Hipóteses de resgate

Não existe provisão para resgate de ações ou quotas de capital. Segundo o § 1º do art. 44 da Lei 6.404/76, "o resgate consiste no pagamento do valor das ações para retirá-las definitivamente de circulação". A Companhia não prevê o resgate de suas ações.

Ademais, não há previsão estatutária nem deliberação em assembleia especial (conforme o § 6º do art. 44 da Lei 6.404/76) para este desiderato. Assim não há autorização prévia para o resgate de ações. Não há certificados emitidos que contenham a previsão de resgate de ações.

Desta forma não há meios para nesta data realizar o resgate de ações da Companhia. Caso a Companhia estabeleça, no futuro, o resgate de ações, consoante deliberação em Assembleia Extraordinária serão observadas as hipóteses legais estabelecidas na Lei 6.404/76 e as orientações da Comissão de Valores Mobiliários.

ii) Fórmula de cálculo do valor de resgate

Não se aplica, dado que não existe provisão de resgate de ações ou quotas de capital.

O estatuto social da Companhia não prevê um critério pré-definido para definição do valor justo de resgate. Entende-se a importância de adotarem-se critérios estatutários objetivos para coibir abusos e danos aos

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

acionistas e à Companhia. Entretanto não há formalizado qualquer orientação a respeito da matéria pela Administração.

Nos casos em que não existe critério pré-definido no estatuto social, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) orienta no sentido de que a administração deve propor a adoção de um critério que resulte em valor justo de resgate e deve justificar os aspectos econômicos que determinaram sua escolha. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) se manifestou sobre o assunto e determinou que o preço tivesse em conta o patrimônio líquido, não simplesmente por sua expressão contábil, mas como apurado, em vista dos valores reais, consoante o mercado.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A capacidade de pagamento é satisfatória tendo em vista o EBITDA atingido de cerca de R\$ 288.013 em 2018 frente aos compromissos financeiros contratados (de R\$ 189.017 em 2017, e R\$ 115.312 em 2016). A relação Dívida Líquida / EBITDA é de 1,64 vezes (2,09 em 2017 e 4,03 em 2016), indicando que o caixa da Companhia é adequado para honrar seus compromissos com credores, frente aos novos desafios de investimentos realizados. Parte substancial dos compromissos decorre de parcelamento de impostos em prazo de até 180 meses e linhas de financiamento de longo prazo, significativamente para investimentos em expansão, que financiaram a construção da unidade fabril em Alagoas.

A tabela abaixo demonstra o índice de alavancagem financeira que é base para o monitoramento do capital. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total, que em 2018 corresponde a 57% com 2 p.p. inferiores em relação a 2017:

Empréstimos e financiamentos
Parcelamento de obrigações tributárias
Menos: Caixa e equivalentes de caixa
Créditos com outras pessoas ligadas
Aplicações Financeiras
Dívida líquida
Total do patrimônio líquido
Total do capital

Índice de alavancagem financeira (%)

		Controladora			Consolidado	
•	31 de	31 de	31 de	31 de	31 de	31 de
	dezembro	dezembro	dezembro	dezembro	dezembro	dezembro de
	de 2018	de 2017	de 2016	de 2018	de 2017	2016
	594.345	512.384	585.472	595.637	513.561	586.661
	63.930	76.259	78.662	64.367	76.774	79.199
	(67.580)	(78.756)	(100.085)	(82.624)	(94.379)	(105.745)
	(97.941)	(94.651)	(89.423)	(97.941)	(94.651)	(89.423)
	(7.251)	(6.938)	(6.451)	(7.251)	(6.938)	(6.451)
	485.503	408.298	468.175	472.188	394.367	464.241
	362.108	285.048	238.448	362.120	285.048	238.459
	847.611	693.346	706.623	834.308	679.415	702.700
	57	59	66	57	58	66

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As fontes de financiamento para capital de giro proveem de diversas instituições financeiras onde são garantidas pelos recebíveis oriundos das vendas da Companhia, e os financiamentos para investimentos provêm em sua quase totalidade dos fornecedores dos equipamentos adquiridos.

As principais fontes de financiamentos detalhadas no item são:

(i) Emissão de debêntures no montante de R\$ 296 milhões contratadas para alongamento da divida e maior liquidez financeira;

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) Linha de crédito contratada com o Banco do Nordeste no total de R\$ 64 milhões, investidos na planta fabril de Alagoas;
- (iii) Benefício de R\$ 33 milhões que a Companhia obteve a partir de 2009 pelo programa de incentivo fiscal denominado PRODEC, que difere por 48 meses o recolhimento de 60% do ICMS gerado mensalmente que exceder R\$ 2.251 mil;
- e (v) cerca de R\$ 134 milhões em Nota de Crédito para Exportação contratados com a finalidade de financiar exportações.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia possui uma emissão de R\$ 296 milhões em debêntures destinados ao alongamento da dívida e preservação da liquidez financeira.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

O endividamento da Companhia é composto por parcelamento de impostos federais, no montante de R\$ 64,3 milhões e por debêntures, financiamentos de equipamentos, capital de giro e exportações no montante de R\$ 595,6 milhões. Ao longo do ano, houve a diminuição de R\$ 70 milhões no endividamento líquido. O saldo do endividamento bruto está dividido em 17% com vencimento no curto prazo e 83% no longo prazo, totalizando R\$ 660 milhões.

Endividamento	2016	2017	2018
Endividamento Bancário	586.661	513.561	595.637
Endividamento Tributário	79.199	76.774	64.367
(=) Total de Endividamento	665.860	590.335	660.004
Disponibilidades e titulos e valores imobiliarios	(112.196)	(101.317)	(89.875)
Créditos com Refinadora Catarinense	(89.423)	(94.651)	(97.941)
(=) Total do Endividamento líquido	464.241	394.367	472.188
EBITDA (últimos 12 meses)	115.312	189.017	288.013
Dívida líquida / EBITDA	4,03	2,09	1,64

A Companhia detém créditos lastreados por contrato da parte relacionada Refinadora Catarinense S/A, provenientes de ação judicial ganha movida por esta contra a Fazenda Nacional (Crédito Prêmio IPI). Ressalta-se que são créditos garantidos por ação transitada em julgado e já se transformaram em precatório. Com efeito, a Companhia recebeu 4 parcelas de um total de 10 parcelas anuais, conforme disposto em contrato. Os recebimentos ocorreram em agosto de 2011, março de 2013, abril de 2014 e dezembro de 2015, nos montantes de R\$ 8.505, R\$ 9.824, R\$ 9.995 e R\$ 10.000, respectivamente. Adicionalmente foi recebido em setembro de 2016 o montante de R\$ 2.167 em complemento a parcela 04. As parcelas 05,06 e 07 já estão depositadas para a Refinadora, porém o repasse depende de alvará de liberação, que está em andamento.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

		. 			Consolidado)
	Moeda	Venci	Encargos	31 de	31 de	31 de
		mentos	3		dezembro	dezembro
				de 2018	de 2017	de 2016
Circulante						
Arrendamento financeiro (a)	R\$	mai-18	11,48% a.a.	-	351	782
Banco do Nordeste S.A (a)	R\$	jun-25	3,00% a.a. ¹	9.796	9.798	9.801
NCE (b)	R\$	nov-21	8,43% a.a. ¹	42.002	- 07.054	14.387
NCE (b)	R\$	jun-21	7,80% a.a. ¹	7.947	37.954	88.543
PRODEC (c)	US\$	mai-22	4,00% a.a. ¹	14.145	2.071	4.083
FINEP (d)	R\$	mai-21	7,91% a.a.+VC	13.270	20.489	10.897
DEG (e)	R\$	out/21	7,68% a.a. ¹	12.179	17.133	10.161
FINAME (f)	US\$	ago-23	3,00% a.a.	421	10.460	10.394
Debêntures 1ª série (g)	R\$	jun-21	8,73% a.a.	976	422	422
Debêntures 2ª série (g)	US\$	jun-23	9,29% a.a.+VC	985	-	21.779
Pré-pagamento	R\$	mai-18	0,00% a.a.	-	18.708	10.298
Arrendamento financeiro	R\$	mai-18	0,00% a.a.1	101 701	29.016	15.457
Total do circulante			7,81% a.a.1	101.721	146.402	197.004
Total moeda nacional				81.595	133.871	160.748
Total moeda estrangeira				20.126	12.531	36.256
Não circulante						
Capital de Giro	R\$		8,00% a.a.	1.292	1.177	1.189
Arrendamento financeiro (a)	R\$	mai-18	11,48% a.a.		-	349
Banco do Nordeste S.A (a)	R\$	jun-25	3,00% a.a.	53.792	63.573	73.353
NCE (b)	R\$	jun-21	7,80% a.a. ¹	67.944	85.278	42.221
NCE (b)	US\$	mai-18	8,43% a.a.+VC	15.759	-	2.037
PRODEC (c)	R\$	nov-21	4,00% a.a.1	18.240	25.848	34.386
FINEP (d)	R\$	mai/21	7,91% a.a. ¹	18.590	31.721	20.739
DEG (e)	US\$	out-21	7,68% a.a.+VC	23.249	29.772	39.109
FINAME (f)	R\$	ago-23	3,00% a.a.1	1.392	1.811	2.230
Debêntures 1ª série (g)	R\$	nov-22	8,73% a.a.	146.829	71.782	89.619
Debêntures 2ª série (g)	R\$	nov-20	9,29% a.a.	146.829	56.197	84.425
Total do não circulante			7,81% a.a.1	493.916	367.159	389.657
Total moeda nacional				454.908	337.387	348.511
Total moeda estrangeira				39.008	29.772	41.146
Total Geral			7,81% a.a. ¹	595.637	513.561	586.661
Total moeda nacional			.,0.70 a.a.	536.503	471.258	509.259
Total moeda estrangeira				59.134	42.303	77.402
Total Iniceda estrangena				33.134	42.000	11.402

¹ Taxa média ponderada VC - Variação Cambial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Detalhamento dos contratos

		Da	ata			Prazo		Carênci				
Not a	Contrato	Desem bolso	Venci mento	Cap	otação	(mese s)	Amorti zação	a (meses)	Garantias			
(a)	Banco do Nordeste	Contrato	21 , a 2ª ¡ liberada	do em parcel em 03	n 06/2013 a liberada 3/2016 no	a em 01	/2015 no v	alor de R\$	Hipotéca de imóveis e máquinas e equipamentos 1º parcela do financiamento foi liberada pelo Banco em 08/2014 no valor de § 45.765, a 3º parcela liberada em 09/2015 no valor de R\$ 14.700, 4º ela liberada em 12/2016 no valor de R\$ 2.418.			
(b)	Crédito de Exportação (NCE)	Este co nov-17 jun-18 jun-18 jun-16 jun-16	nov-20 jun-21 mai-21 mai-19 mai-19	R\$ R\$ R\$ R\$ R\$ R\$	30.000 24.000 24.000 10.000 20.000	36 36 36 36 36	Trimestra Trimestra Trimestra Trimestra Trimestra áusulas m	20 12 12 12 12	Recebíveis da PBG SA no valor de 30% do saldo devedor do fitida 3X)de "covenants" que foram cumpridas. Recebíveis da Portobello SA no valor de 30% do saldo devedor do Clean Recebíveis da Portobello SA no valor de 25% do saldo devedor do 80% de duplicatas + 20% aplicação financeira. vida Liquida/Ebitida 3X) de "covenants" que foram cumpridas.			
(c)	(Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense) - Regime Especial do Estado de Santa Catarina obtido em julho de 2009. O saldo está sujeito ao ajuste ao											
(d)	Finep	Contrato	este mes	do em	07/2014				Fiança Bancária 1ª parcela do financiamento, no valor de R\$ 12.627, foi liberada pelo 6 no valor de R\$ 12.479. A 3ª parcela liberada em 06/2017 no valor de			
(e)	DEG - Deutsche Investitions	Este co		ssui cl	18.000 láusulas r 8 e foran	nínimas			Máquinas e equipamentos e notas promissórias tda <3X /Liquidez Corrente> 1,1) de "covenants" que foram			
(f)	Finame	mai-13 jul-13 jul-13 jan-14	mai-23 abr-23 jul-23 ago-23 jun-23	R\$ R\$ R\$ R\$	39 601 107 1.890 577	120 120 120 120 120 114	Mensal Mensal Mensal Mensal Mensal	25 24 25 26 18	Máquinas e equipamentos			
(g)	Debêntures 3ª Emissão 1ª Série Debêntures 3ª Emissão 2ª Série	Em 15 c convers com est emissão	íveis em orços res o de debé	R\$ de 20 ações tritos. ènture	, da espé Os recurs s da Emis	cie com sos obtic ssora e	garantia r dos por me	l 48 elho de Ad eal e gara eio da Emi ento de ou	Garantia Real e garantia adicional Fidejussória Garantia Real e garantia adicional Fidejussória Iministração da PBG S.A, a 3ª Emissão de debêntures simples, não Infia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública ssão serão destinados ao resgate da totalidade da 2ª (segunda) utros passivos da Emissora. Este contrato possui cláusulas mínimas (as.			

ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Todas as relações de longo prazo da Companhia já foram divulgadas no item acima.

iii) Grau de subordinação entre as dívidas

As dívidas mencionadas acima têm o mesmo grau de subordinação.

iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A Companhia prevê em estatuto a aprovação do Conselho de Administração para contratações de linhas de financiamento acima de R\$ 20 milhões, e segue cumprindo essa determinação.

O contrato com o DEG - *Deutsche Investitions* já mencionado acima, possui clausulas de *covenants*, e que em 31 de dezembro de 2018 estavam sendo atendidos, porém, a Companhia possui a *Waiver* do período mencionado e manteve o saldo no não circulante. A emissão das debêntures também está vinculada contratualmente a clausulas de *covenants*, e não apresentaram quebra no encerramento deste exercício. Ademais não existem outras restrições.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

De um modo geral as operações de financiamentos de capital de giro são utilizadas próximo aos limites contratados. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia contava com mais de R\$ 83 milhões em caixa. Adicionalmente a Companhia possui linha de crédito aprovada com o Banco do Nordeste do Brasil S/A no valor de R\$ 63.588, cuja finalidade é o investimento na unidade fabril na cidade de Marechal Deodoro (AL), dos quais a Companhia já captou o montante de R\$ 96.819.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Análise das principais contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2018, 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

		Consolidado			% do Total			% da Variação		
Balanço Patrimonial	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31/12/18 X 31/12/16	31/12/18 X 31/12/17	31/12/17 X 31/12/16	
Ativo										
Circulante	00.004	04.070	105 715	F0/	00/	00/	000/	100/	440/	
Caixa e equivalentes de caixa	82.624	94.379	105.745	5% 0%	8% 0%	9% 0%	-22%	-12%	-11%	
Aplicações financeiras vinculadas Contas a receber de clientes	239.463	- 218.412	215.379	15%	17%	17%	0% 11%	0% 10%	0% 1%	
Estoques	239.463	179.323	185.880	13%	14%	15%	15%	10%	-4%	
Adiantamentos a fornecedores	7.385	5.136	2.637	0%	0%	0%	180%	44%	95%	
Tributos a recuperar	9.574	11.872	14.062	1%	1%	1%	-32%	-19%	-16%	
Imposto de renda e contribuição social a recupera	627	4.050	5.017	0%	0%	0%	-88%	-85%	-19%	
Outros	10.403	9.451	6.649	1%	1%	1%	56%	10%	42%	
	563.867	522.623	535.369	35%	42%	43%	5%	8%	-2%	
Não circulante Realizável a longo prazo										
Créditos com outras pessoas ligadas	97.941	94.651	89.423	6%	8%	7%	10%	3%	6%	
Depósitos judiciais	116.980	93.501	81.742	7%	7%	7%	43%	25%	14%	
Recebíveis da Eletrobrás	12.821	12.821	32.208	1%	1%	3%	-60%	0%	-60%	
Tributos a recuperar	9.640	6.407	6.124	1%	1%	0%	57%	50%	5%	
Ativo Judicial	317.506	46.491	26.735	20%	4%	2%	1088%	583%	74%	
Ativo atuarial	9.675	5.758	4.369	1% 0%	0% 1%	0% 1%	121% 12%	68%	32% 8%	
Aplicações financeiras vinculadas Outros	7.251 7.256	6.938 2.359	6.451 795	0% 0%	0%	0%	813%	5% 208%	8% 197%	
Outros _	579.070	268.926	247.847	36%	21%	20%	134%	115%	9%	
-										
Investimentos	298	298	243	0%	0%	0%	23%	0%	23%	
Imobilizado	458.331	440.595	433.348	28%	35%	35%	6%	4%	2%	
Intangível	20.589	19.566	20.553	1%	2%	2%	0%	5%	-5%	
	479.218	460.459	454.144	30%	37%	37%	6%	4%	1%	
_	1.058.288	729.385	701.991	65%	58%	57%	51%	45%	4%	
Total do ativo	1.622.155	1.252.008	1.237.360	64%	79%	100%	31%	30%	1%	

Caixa e equivalentes de caixa

Os valores de caixa e equivalentes de caixa totalizaram R\$ 83 milhões em 31 de dezembro de 2018, 12% menor que no mesmo período de 2017.

Aplicações financeira vinculadas

Em 31 de dezembro de 2018 as aplicações financeiras vinculadas encontrasse com saldo zero, pois no período de 2016 o valor de R\$ 100 milhões foi integralmente resgatado quando ocorreu a liberação após o registro dos gravames escritos nas garantias vinculadas aos contratos das Debêntures.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Contas a receber de clientes

Os valores de contas a receber houve um acréscimo de 10% do ano de 2018 no mesmo período de 2017. As variações observadas no saldo de contas a receber de clientes decorrem do aumento de prazos médios, com ênfase no aumento da participação da nova marca, com prazos maiores em função do *ramp up*, também refletida nas vendas do período. Os prazos médios de recebimento em dias de ROL, considerando o montante de contas a receber liquido de adiantamento foram de 82 dias para as vendas realizadas em 2018, foram de 72 dias para as vendas realizadas em 2017, 70 em 2016.

Estoques

Aumento de 19% nos estoques entre dezembro de 2018 e dezembro de 2017 houve um acréscimo pelos reajustes dos preços dos insumos energéticos. Os prazos de renovação dos estoques em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 representavam de 119, 106 e 102 dias respectivamente.

Adiantamento a fornecedores

Houve uma variação de 44% no saldo dos adiantamentos a fornecedores em 2018 comparado com 2017, e no ano de 2017 houve um acréscimo de 95% para 2016.

Tributos a recuperar

A valor de queda 19% entre dezembro de 2018 e dezembro de 2017, permanece a mesma variação do ano de dezembro de 2017 e dezembro de 2016, não havendo mudança nesta conta do ativo.

Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Em 2017, o saldo da conta de impostos de renda e contribuição social a recuperar atingiu o montante de R\$ 4 milhões que passou a ser compensado a partir de 2018.Em dezembro de 2018, permaneceu um saldo de R\$ 627. Os créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporárias ativas, assim como, os débitos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de reavaliação de ativo imobilizado e diferenças temporárias passivas.

<u>Outros</u>

Um acréscimo de 10% em 31 de dezembro de 2018 em grande parte refere-se ao valor justo dos ganhos e perdas das operações de Swap.

Créditos com outras pessoas ligadas

A variação entre os saldos de 2018, 2017 e 2016 refere-se principalmente à atualização dos recebíveis.

Depósitos judiciais

Um acréscimo de 25% entre 2018 e 2017, referente a 2017 e 2016 que teve a variação de 14%. Os depósitos judiciais têm o objetivo de garantir o julgamento de ações que a Companhia mantém provisão para contingência.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Recebíveis da Eletrobrás

A redução de 60% no saldo de 2017 corresponde ao ajuste realizado após o transito em julgado do processo de liquidação de sentença. A Companhia ajuizou ação de cumprimento de sentença, no valor total de R\$ 12.821. O saldo contábil foi novamente revisado e baixado em 2017, sendo que R\$ 11.294 eram atualizações (revertidas contra o resultado financeiro) e R\$ 8.092 reconhecidos em outras despesas operacionais. E partir desta data não houveram mais atualizações.

Tributos a recuperar

Entre o ano de 2018 e 2017 houveram uma variação de 50% de um ano para outro, a variação referia-se a créditos extemporâneos de PIS/COFINS/IPI e ICMS.

Ativos tributários

O aumento de 583% em 2018 para o ano de 2017 refere-se à atualização monetária, mais os ganhos nos processos judiciais o Polo Ativo, registrado no segundo trimestre de 2018 e o Expurgo do ICMS da Base de cálculo do PIS e COFINS no quarto trimestre de 2018.

Ativo atuarial

O ativo atuarial decorrente do plano de benefício definido concedido aos empregados apresentou uma variação positiva de 68% em 2018, pois neste período o plano apresentou um aumento do *superávit*, uma vez que o aumento das obrigações diminuiu o crescimento dos ativos do plano. Ao longo do ano, as obrigações atuariais aumentaram em função da redução da taxa de juros para atualização das obrigações a conceder. A avaliação atuarial é realizada por atuários independentes.

Imobilizado e Intangível

O imobilizado em 2018 apresenta aumentou 4 % referente ao ano de 2017, decorrente do plano de investimentos e no mesmo período no ano de 2017 comparado a 2016 ocorreu a mesma variação.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 2018 no ativo intangível houve um aumento de 5% referente ao ano de 2017 corresponde àá inovação digital.

		Consolidado			% do Total		%	da Variaçã	io
<u>-</u>	31 de	31 de	31 de	31 de	31 de	31 de	31/12/18	31/12/18	31/12/17
Balanço Patrimonial	dezembro	dezembro	dezembro	dezembro	dezembro	dezembro	X	X	X
	de 2018	de 2017	de 2016	de 2018	de 2017	de 2016	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Passivo									
Circulante									
Fornecedores	124.874	114.569	102.929	8%	9%	8%	21%	9%	11%
Cessão de crédito fornecedores	45.956	35.127	21.522	3%	3%	2%	114%	31%	63%
Empréstimos e financiamentos	101.721	146.402	197.004	6%	12%	16%	-48%	-31%	-26%
Empréstimos e financiamentos	99.760	98.678	171.249	6%	8%	14%	-42%	1%	-42%
Debêntures	1.961	47.724	25.755	0%	4%	2%	-92%	-96%	85%
Parcelamento de obrigações tributárias	10.793	14.126	9.857	1%	1%	1%	9%	-24%	43%
Impostos, taxas e contribuições	4.738	15.273	15.020	0%	1%	1%	-68%	-69%	2%
Imposto de renda e contribuição social a recolher	10.315	1.758	311	1%	0%	0%	3217%	487%	465%
Provisões para contingências	-	-	-	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Adiantamentos de clientes	16.457	12.615	17.977	1%	1%	1%	-8%	30%	-30%
Obrigações sociais e trabalhistas	36.734	31.330	27.155	2%	3%	2%	35%	17%	15%
Provisão para participação nos lucros	1.264	4.289	-	0%	0%	0%	0%	-71%	0%
Dividendos a pagar	23.457	6.035	915	1%	0%	0%	2464%	289%	560%
Contas a pagar de investimentos	11.533	19.049	-	1%	2%	0%	0%	-39%	0%
Outros	16.226	13.737	16.465	1%	1%	1%	-1%	18%	-17%
	404.068	414.310	409.155	25%	33%	33%	-1%	-2%	1%
Não circulante									
Fornecedores	101.268	78.496	68.990	6%	6%	6%	47%	29%	14%
Empréstimos e financiamentos	493.916	367.159	389.657	30%	29%	31%	27%	35%	-6%
Empréstimos e financiamentos	200.258	239.180	215.613	12%	19%	17%	-7%	-16%	11%
Debêntures	293.658	127.979	174.044	18%	10%	14%	69%	129%	-26%
Provisões para contingências	139.605	28.214	51.195	9%	2%	4%	173%	395%	-45%
Provisão para incentivo de longo prazo	162	1.935	7.312	0%	0%	1%	-98%	-92%	-74%
Plano de previdência privada	-	-	-	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.965	14.186	3.250	0%	1%	0%	-40%	-86%	336%
Parcelamento de obrigações tributárias	53.574	62.648	69.342	3%	5%	6%	-23%	-14%	-10%
Outros	65.477	- <u> </u>	-	4%	0%	0%	0%	0%	0%
	855.967	552.638	589.746	53%	44%	48%	45%	55%	-6%
Patrimônio líquido, capital e reservas atribuidos									
Capital social realizado	140.000	130.000	119.565	9%	10%	10%	17%	8%	9%
Reserva legal	18.426	18.426	15.219	1%	1%	1%	21%	0%	21%
Lucros a disposição da AGO	217.534	140.794	105.910	13%	11%	9%	105%	55%	33%
Ajuste de avaliação patrimonial	(13.852)	(4.172)	37.060	-1%	0%	3%	-137%	232%	-111%
Outros resultados abrangentes	-	-	(39.306)	0%	0%	-3%	-100%	0%	-100%
	362.108	285.048	238.448	22%	23%	19%	52%	27%	20%
Participação dos não controladores	12	12	11	0%	0%	0%	9%	0%	9%
Total do passivo e patrimônio líquido	1.622.155	1.252.008	1.237.360	100%	100%	100%	31%	30%	1%

Fornecedores

As variações no saldo de fornecedores entre 2018, 2017 e 2016, mantiveram-se nos níveis esperados pela Companhia. No longo prazo refere-se exclusivamente a provisão para pagamento do fornecedor de gás natural.

Cessão de crédito fornecedores

A conta cessão de crédito de fornecedores teve um aumento de 31% do saldo em 2018, reflexo de uma maior adesão ao serviço oferecido. A Companhia realizou operações de cessão de crédito de fornecedores com o objetivo de dispor aos seus fornecedores parceiros, linhas de créditos mais atrativas visando à manutenção do relacionamento comercial.

Empréstimos e financiamentos

Em 2018 houve um acréscimo do saldo de empréstimos e financiamentos em 4 % (somados passivo circulante, não circulante e debêntures) ainda deriva da emissão de debêntures realizadas pela companhia este ano a fim de preservar sua liquidez financeira. Destaca-se o alongamento do perfil de endividamento da Companhia. O valor justo dos empréstimos atuais não possui diferenças significativas em relação ao seu

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

valor contábil, uma vez que os valores contábeis estão registrados ao custo amortizado e atualizados prórata.

Parcelamento de obrigações tributárias

A redução do saldo desta rubrica, considerando a soma do circulante e não circulante, decorre da quitação normal das parcelas, sendo a variação negativa entre 2018 e 2017 de 38%, 2017 e 2016 variação positiva de 33%.

Impostos, taxas e contribuições

O decréscimo de 69% para 2018 para 2017. No mesmo período de 2017 a 2016 houve um acréscimo de 2% que se refere ao incremento da carga tributária dos impostos estaduais nesse período.

Imposto de renda e contribuição social a recolher

O saldo da conta de imposto de renda e contribuição social a recolher atingiu o montante de R\$ 10.315, reflexo da lucratividade. Em 2017, o montante R\$ 1.758 reduziu devido a menor lucratividade obtida pela Companhia.

Provisões para contingências

Em 2018 o saldo de provisões para contingências considerando os montantes no passivo circulante e não circulante aumentaram 395% referente ao mesmo período de 2017 em razão das provisões referentes ao processo tributária judicial "Polo Ativo"

Adiantamento de clientes

Os adiantamentos de clientes são referentes a uma modalidade de venda em que o produto só é entregue após o pagamento de 50% do valor da compra. A prática diminui assim o risco financeiro. No ano de 2018 houve uma variação de positiva de 30% para o mesmo período de 2017.

Obrigações sociais e trabalhistas

Em 2018 houve um aumento de 17% do montante de ordenados e salários a pagar e às provisões de férias reconhecidas no período. A entre 2017 e 2016 houve uma variação positiva de 15%.

Provisão para participação nos lucros

Em 2018 houve a provisão do montante R\$ 1.264, pois foram atingidos os requisitos mínimos para pagamento. O crescimento entre os períodos de 2017 e 2016 é resultado da melhora na lucratividade e ótimo desempenho dos indicadores do exercício de 2017 quando comparado ao de 2016. Em 2016 não houve provisão para participação nos lucros devido ao não atingimento das metas e índices para distribuição da remuneração aos funcionários.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Provisão para incentivo de longo prazo

A redução de 92% em 2018 (menos 74 % em 2017 se comparado com 2016) reflete os resultados da companhia no período. O programa de meritocracia foi criado em 2012, cujo objetivo é atrair, reter e reconhecer o desempenho dos profissionais atuantes na empresa, alinhando os interesses dos executivos aos acionistas da Companhia e estimular a permanência nos cargos.

<u>Dividendos a pagar</u>

O saldo da rubrica refere-se aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2018.

Contas a pagar de investimentos

O saldo da rubrica refere-se aos investimentos realizados com a planta fabril em Tijucas, Marechal Deodoro, nas lojas próprias e novos negócios no período de 2018.

<u>Outros</u>

Os outros passivos circulantes apresentaram diminuição de 18% em 2018. No período de 2016 x 2015 houve uma diminuição de 17%.

Capital social realizado

Em abril de 2018, a companhia aumentou o capital social em R\$ 10 milhões, R\$ 10 milhões em 2017 e R\$ 20 milhões em 2016. Os acréscimos foram realizados a fim de capitalizar o lucro da companhia. Ambas as movimentações foram aprovadas pelas AGE de 38 de abril de 2018, 30 de abril de 2017 e 30 abril de 2016 respectivamente e não provocaram alteração na quantidade total de ações.

Reserva legal

Foi destinado à reserva legal 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício de 2018, bem como em 2017 e 2016, conforme previsto no artigo 193 da Lei 6.404/76.

Lucros a disposição da AGO

Após as destinações obrigatórias previstas na lei 6.404/76 e no estatuto social da Companhia, foi alocado a esta rubrica o montante de lucro do exercício social de 2018 a ser destinado após deliberação da Assembleia Geral Ordinária. A proposta da Administração para destinação está nos documentos em anexo (instrução nº 481, artigo 9).

Ajustes de avaliação patrimonial

Em 2010, quando da adoção inicial das normas internacionais CPC 37 e IFRS 1, bem como, da adoção do CPC 43 e ICPC 10, a Companhia adotou a opção de utilizar a reavaliação do imobilizado efetuada em 2006 como custo atribuído, por entender que a mesma representava substancialmente o valor justo na data de transição. A variação do saldo negativa dessa rubrica refere-se a realização da reserva de reavaliação e variação cambial.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Outros resultados abrangentes

A partir da vigência da lei 11.638 os efeitos de conversão das demonstrações financeiras de empresas controladas no exterior e as variações cambiais decorrente passaram a ser registradas no Patrimônio Líquido enquanto que em 2007 (pré-lei 11.638) este registro acontecia no resultado. Nesta rubrica também estão registrados os ganhos e perdas atuariais relativas ao fundo de previdência dos funcionários da Companhia.

_		Consolidado			% da F	Receita	%	da Variação	5
Demonstração de Resultado	31 de	31 de	31 de	31 de	31 de	31 de	2018	2018	2017
Demonstração de Resultado	dezembro	dezembro	dezembro	dezembro	dezembro	dezembro	x	x	Х
	de 2018	de 2017	de 2016	de 2018	de 2017	de 2016	2016	2017	2016
Operações continuadas									
Receita operacional líquida	1.054.190	1.023.937	1.016.400	100%	100%	100%	4%	3%	1%
Custo dos produtos vendidos	(648.590)	(606.917)	(653.198)	-62%	-59%	-64%	-1%	7%	-7%
Lucro operacional bruto	405.600	417.020	363.202	38%	41%	36%	12%	-3%	15%
Receitas (despesas) operacionais líquidas									
Vendas	(285.619)	(246.510)	(250.744)	-27%	-24%	-25%	14%	16%	-2%
Gerais e administrativas	(45.458)	(35.877)	(37.155)	-4%	-4%	-4%	22%	27%	-3%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	169.881	14.373	505	16%	1%	0%	33540%	1082%	2746%
	(161.196)	(268.014)	(287.394)	-15%	-26%	-28%	-44%	-40%	-7%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	244.404	149.006	75.808	23%	15%	7%	222%	64%	97%
Resultado financeiro									
Receitas financeiras	11.218	24.892	31.093	1%	2%	3%	-64%	-55%	-20%
Despesas financeiras	(68.534)	(92.896)	(116.868)	-7%	-9%	-11%	-41%	-26%	-21%
Variação cambial líquida	9.225	(10)	4.080	1%	0%	0%	126%	-92350%	-100%
	(48.091)	(68.014)	(81.695)	-5%	-7%	-8%	-41%	-29%	-17%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição soc	196.314	80.992	(5.887)	19%	8%	-1%	-3435%	142%	-1476%
Imposto de renda e contribuição social									
Corrente	(20.418)	(10.239)	(9.236)	-2%	-1%	-1%	121%	99%	11%
Diferido	(41.584)	(6.583)	17.265	-4%	-1%	2%	-341%	532%	-138%
	(62.002)	(16.822)	8.029	-6%	-2%	1%	-872%	269%	-310%
Lucro do exercício das operações continuadas	134.312	64.170	2.142	13%	6%	0%	6170%	109%	2896%
Lucro líquido do exercício	134.312	64.170	2.142	13%	6%	0%	6170%	109%	2896%
Lucro líquido atribuível a									
Acionistas da Companhia	134.282	64.136	2.125	13%	6%	0%	6219%	109%	2918%
Participação dos não controladores	30	34	17	0%	0%	0%	76%	-12%	100%

Receita operacional líquida

Em 2018 a receita manteve um desempenho praticamente igual ao ano anterior, e no 2017 a receita operacional líquida de vendas aumentou 1%, referente ao ano de 2016.

<u>Lucro operacional bruto</u>

Em 2018 o lucro bruto diminuiu de 3% referente ao ano de 2017, é reflexo do custo fabril, evidenciando pela eficiência de custo frente a inflação, aumento dos consumos físicos e energéticos.

Despesas com vendas

As despesas com vendas totalizaram R\$ 285 milhões, sendo 16% maiores do que em 2017. Este aumento deu-se em função do desenvolvimento de novos negócios, aumento no número de lojas próprias, operações nos EUA, ampliação da rede logística, além da reorganização da Companhia para alcançar posicionamento, intensificando sua atuação no varejo.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Despesas gerais e administrativas

As despesas administrativas totalizaram R\$ 45 milhões, apresentando crescimento de 27%, decorrente da preparação da estrutura para atender a expansão de novos negócios e inovação digital

Outras receitas e despesas operacionais, líquidos

As outras receitas (despesas) operacionais somaram em 2018 o valor de R\$170 milhões. Estes valores incorporaram os ganhos nos processos judiciais o Polo Ativo - Crédito Prêmio do IPI e o Expurgo de ICMS da base cálculo do PIS e da COFINS.

Resultado financeiro

O resultado financeiro de 2018 foi uma despesa de R\$ 48 milhões. Já em 2017 foram R\$ 68 milhões de despesa (R\$ 82 milhões em 2016), onde grande parte é reflexo da variação cambial, fruto da valorização do dólar e aumento do custo financeiro da dívida.

Lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício findo em 2018 foi de R\$ 134 milhões, valor significativamente superior a qualquer período anterior. Deve-se em grande parte aos ganhos judiciais, refletindo os esforços da administração no atingimento dos resultados almejados.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Companhia é proveniente da venda de produtos cerâmicos para revestimento, destinados à construção civil. Estes produtos são parte de produção própria e parte de produtos adquiridos de terceiros, seja no mercado interno ou importados.

Os produtos oferecidos pela Companhia classificam-se em diferentes classes (tipologia): (i) revestimentos externos; (ii) pisos cerâmicos; (iii) pisos porcelânicos esmaltados e não esmaltados; e (iv) revestimentos internos ou azulejos. Estas classes compõem a linhas de produtos que possuem diferentes cores e formatos. Esta composição determina o mix de produção que influência na capacidade de produção.

A receita é influenciada primeiramente pelos volumes (capacidade de produção), pelo mix de formatos, pelo portfólio, e preços praticados em cada canal de distribuição.

A estratégia de distribuição da Companhia está alicerçada em quatro canais distintos e com características específicas de portfólio de produtos, serviços e de política comercial:

Mercado Interno

São quatro os canais de distribuição:

Varejo (multimarcas) – Canal responsável pelo atendimento a revendedores de materiais de construção ("home centers") que revendem nossos produtos no varejo para o consumidor final ou para pequenos construtores.

Engenharias — Equipes e estrutura comercial especializadas para atender empresas de construção civil (construtoras e incorporadoras), para obras residenciais, comerciais ou públicas.

Varejo Portobello Shop – Rede de lojas especializadas em produtos Portobello que atendem os clientes de varejo por meio de franquias sob as bandeiras Portobello Shop e Empório Portobello, focadas no consumidor mais exigente quanto à qualidade, atendimento e serviço. Com 142 lojas instaladas em todo o Brasil, a Portobello Shop tornou-se um sucesso, possibilitando assim, o desenvolvimento de novos formatos de negócio como o modelo Empório, que foi adaptado a diferentes perfis de cidades, buscando a expansão em regiões que não comportavam uma unidade tradicional.

Pointer – A marca Pointer foi concebida para atender um público especifico, com portfólio exclusivo e focado principalmente no mercado do norte e nordeste brasileiro, e permitirá à Companhia atuar em um novo segmento com boas perspectivas de crescimento. A combinação das duas marcas, Portobello e Pointer, vislumbra um potencial importante de desenvolvimento do negócio, ampliando a atuação da Companhia diferentes posicionamentos de mercado.

Mercado Externo

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Portobello é uma marca internacional e comercializa seus produtos em aproximadamente 71 países, através de equipe própria e representantes independentes. Os principais destinos das exportações em 2018 foram Argentina, Paraguai, Chile, Austrália, Bolívia, U.S.A., México, Colômbia, Uruguai, Bélgica, África do Sul e Canadá.

As exportações representaram 18% da Receita Líquida. Com as taxas de câmbio nos níveis atuais, a Companhia acredita que vendas neste mercado, concentradas em produtos de maior valor agregado, continuarão a contribuir de forma relevante aos resultados da Companhia.

A rentabilidade obtida pela exportação confirma os avanços da empresa em busca da competitividade internacional aliada as taxas de câmbio. Esta competitividade assegura maior equilíbrio de vendas em eventuais dificuldades que possam afetar o mercado doméstico.

A composição da receita líquida (R\$ mil), nos 3 últimos anos foi a seguinte:

-	2018		2017		2016		
-	Rec. Líquida	%	Rec. Líquida	%	Rec. Líquida	%	
	(R\$ mil)	ROL	(R\$ mil)	ROL	(R\$ mil)	ROL	
Mercado interno	868.678	82%	840.999	82%	864.858	85%	
Mercado externo	185.512	18%	182.938	18%	151.542	15%	
_	1.054.190		1.023.937		1.016.400		

ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Estão descritos abaixo alguns fatores que influenciaram os resultados consolidados da Companhia nos últimos três exercícios:

No ano de 2018 apesar da persistência do cenário político econômico instável, de eventos como a paralisação dos transportes, da espera pela definição do cenário eleitoral e, de aumentos significativos dos custos energéticos, a companhia encerrou o ano apresentando resultados consolidados com crescimento, com lucratividade, expansão dos novos negócios e fortalecimento de nossa estratégia. Todavia, permanece o desafio de rentabilizar os ativos existentes e alcançar a maturidade dos novos negócios. O cenário nacional e a crise na Argentina em 2018 provocaram instabilidade nas vendas e volatilidade no mercado. Assim, manteve-se a estratégia de venda de um mix de produtos mais rentável para ambos os mercados. A receita líquida totalizou R\$ 1,054 bilhão, sendo 3% superior à 2017 gerando margem bruta de 38,5% semelhante ao ano anterior. No mercado interno, as vendas cresceram 3,3%, acompanhando o crescimento das vendas do varejo de materiais de construção. As exportações em reais apresentaram crescimento de 1%, favorecidas pela variação cambial. Em dólares, as exportações sofreram os efeitos da crise na Argentina e reduziram, totalizando US\$ 50 milhões contra US\$ 52 milhões de 2017.

A geração de caixa, medida pelo EBITDA, somou R\$ 288 milhões e o lucro líquido R\$ 134 milhões no acumulado de 2018, com margens de 27,3% e 12,7%, respectivamente. O crescimento no EBITDA foi de 52%, impactado principalmente pelo reconhecimento de ganhos extraordinários, como o crédito prêmio IPI no processo judicial "Polo Ativo" e o crédito referente ao "Expurgo de ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS". Sem os efeitos destes, a margem EBITDA foi de

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10%. A relação Dívida Líquida/EBITDA reduziu de 2,09x para 1,64x. A dívida teve seu perfil alongado com novas operações com debêntures em 2018.

A Companhia encerra 2017 com resultados positivos em um ano cuja instabilidade econômica mostrou-se perdurar e em que o setor apresentou desempenho novamente abaixo das expectativas. Ao longo deste ano a estratégia foi ampliar a rentabilidade, baseada nos diferenciais e alavancas internas de resultado, o que se mostrou um caminho adequado. As exportações foram recordes e representaram uma alternativa acertada frente ao cenário volátil e de retração do mercado doméstico. As vendas brutas somaram R\$ 1,3 bilhões, praticamente iguais a 2016. Segundo a Abramat, o faturamento do mercado de materiais de construção de acabamento deflacionado apresentou queda de 4,0% no ano, o que aponta para um ganho de *market share* da Companhia no setor. A Companhia focou sua estratégia comercial em um mix de produtos mais rentável no mercado interno, ainda que com volume de vendas menores. Com isso, apesar da receita no mercado interno ter sofrido queda de 3%, a margem bruta consolidada apresentou um ganho de 5 p.p. entre 2017 e 2016. No mercado externo, houve um crescimento de 21% em Reais impactado diretamente pelo aumento de exportações. Foram US\$ 57 milhões em 2017 e US\$ 43 milhões 2016, equivalente a um aumento de 32%.

A geração de caixa, medida pelo EBITDA, somou R\$ 189 milhões e o lucro líquido R\$ 64 milhões em 2017. Com margens de 18,5% e 6,3% respectivamente. A retomada da lucratividade é fruto do aumento da margem bruta, do rigor na gestão de despesas, da readequação dos novos negócios ao cenário atual e sensível redução das despesas financeiras com a queda da taxa básica de juros e menor endividamento.

O ano de 2016 encerra um período de intensa turbulência no mercado. A forte deterioração da atividade econômica no país e alta volatilidade do Dólar criaram um cenário desafiador e imprevisível, no qual a Companhia pôde mostrar a resiliência de sua estrutura e força dos diferenciais competitivos. A receita líquida em 2016 somou R\$ 1 bilhão, praticamente igual a 2015 mesmo com a pior retração já registrada pelo setor não só pela intensidade da queda, mas também pela sua rapidez. A geração de caixa, medida pelo EBITDA, somou R\$ 115 milhões e o lucro líquido R\$ 2 milhões em 2016. A Companhia também avançou com o plano de revisão de sua estrutura de custos e despesas e retomada da lucratividade. Além disso, continua em andamento o plano de otimização e adequação da fábrica e marca Pointer com foco na região Nordeste. Na produção, as ações estão direcionadas para melhora da ocupação e eficiência produtiva, redução de perdas, melhoria da qualidade e desenvolvimento de novos fornecedores. Na área comercial, o foco é mantido no varejo, engenharia e exportação. Apesar de apresentar um *ramp up* mais lento do que o previsto, devido ao cenário econômico difícil e mais sensível no Nordeste, em 2016 o novo negócio colaborou com o incremento das vendas do período.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita líquida do mercado interno representou 82% do total, a receita subiu 3,3% em relação a 2017, acompanhando a retração do mercado. De acordo com a ABRAMAT, o mercado interno de acabamento no ano de 2018 apresentou um aumento de 1,2% (deflacionado) no faturamento bruto.

No mercado externo, as variações foram influenciadas basicamente pelas oscilações do câmbio. Em 2018, a receita cresceu 1% em relação a 2017.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Por se tratar de uma indústria em que as tendências de moda têm um grande peso, a renovação do portfólio é constante, e os esforços em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos estão diretamente atrelados à demanda constante por inovação.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

A Companhia tem sofrido pressões inflacionárias nos custos e insumos, principalmente para a mão de obra, que são constantemente neutralizados pelos esforços buscando ganhos de produtividade.

A estratégia adotada para mitigar a exposição cambial dos ativos e passivos da Companhia tem sido manter a exposição cambial passiva em valores aproximados ao equivalente a um ano de suas exportações, conforme abaixo:

	m		

	(Controladora			Consolidado			
	31 de							
	dezembro de 2018	dezembro de 2017	dezembro de 2016	dezembro de 2018	dezembro de 2017	dezembro de 2016		
Contas a receber	51.214	52.785	43.969	51.214	52.785	43.969		
Conta corrente	5.470	3.806	1.186	5.470	3.806	1.186		
Créditos com controladas	84.255	67.728	66.727		-	-		
Provisão para perdas em investimentos	(74.534)	(67.717)	(66.647)	-	-	-		
Contas a pagar, líquido de adiantamentos	(6.896)	(9.718)	(9.317)	(6.896)	(9.718)	(9.317)		
Contas a pagar, de investimentos	(8.793)	(12.392)	-	(8.793)	(12.392)	-		
Empréstimos e financiamentos	(59.134)	(42.303)	(77.402)	(59.134)	(42.303)	(77.402)		
(-) Operação Swap	23.706	-	21.778	23.706	-	21.778		
Passivos líquidos expostos	15.288	(7.811)	(19.706)	5.567	(7.822)	(19.786)		

Em moeda estrangeira

		(Controladora			Conso	idado
	,	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Contas a receber Contas a pagar, líquido de adiantamentos	euro euro	338 (1.592)	317 (541)	367 (282)	338 (1.592)	317 (541)	367 (282)
	,	(1.254)	(224)	85	(1.254)	(224)	85
Contas a receber	dolar	12.811	12.659	9.887	12.811	12.659	9.887
Conta corrente	dolar	1.412	1.150	364	1.412	1.150	364
Créditos com controladas	dolar	21.744	20.474	20.474	-	-	-
Provisão para perdas em investimentos	dolar	(18.770)	(20.471)	(20.448)	-	-	-
Contas a pagar, líquido de adiantamentos	dolar	(2.268)	(2.288)	(2.567)	(2.268)	(2.288)	(2.567)
Empréstimos e financiamentos	dolar	(9.148)	(12.788)	(23.750)	(9.148)	(12.788)	(23.750)
(-) Operação Swap	dolar		-	19.624	-	-	19.624
	•	5.781	(1.264)	3.584	2.807	(1.267)	3.558

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não se aplica, dado que a Companhia não fez alterações de segmentos operacionais nos três últimos exercícios sociais.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não se aplica, dado que nos três últimos exercícios sociais não ocorreram eventos dessa natureza.

c) Eventos ou operações não usuais

Em 30 de abril de 2018 foi aprovado na AGE o aumento do Capital Social da Companhia, pela capitalização de lucros no montante de R\$ 10.000, não havendo alteração na quantidade total de ações conforme disposto pelo Art. 169, § 1º da Lei 6.404/76. O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 130.000 dividido em 158.488 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 30 de abril de 2017 foi aprovado na AGE o aumento do Capital Social da Companhia, pela capitalização de lucros no montante de R\$ 10.000, não havendo alteração na quantidade total de ações conforme disposto pelo Art. 169,§ 1º da Lei 6.404/76. O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 119.565 dividido em 158.488 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 30 de abril de 2016 foi aprovado na AGE o aumento do Capital Social da Companhia, pela capitalização de lucros no montante de R\$ 20.000, não havendo alteração na quantidade total de ações conforme disposto pelo Art. 169, § 1º da Lei 6.404/76. O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 99.565 dividido em 158.488 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Não se aplica, dado que todas as alterações em virtude da adequação aos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e a adaptação aos Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (IFRS), ocorreram nas demonstrações financeiras divulgadas em 31 de dezembro de 2010.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não se aplica, dado que não ocorreram mudanças significativas nas praticas contábeis.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas mencionadas no parecer do auditor.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidação

1.1 Demonstrações Financeiras consolidadas

a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que cessa o controle.

O percentual de participação societária da Companhia nas empresas controladas em 31 de dezembro de 2017 é : Portobello América, Inc. 100%, PBTech Com. Serv. Revest. Cer. Ltda 99,94%, Portobello Shop S/A 99,90%; Mineração Portobello Ltda 99,76% e Companhia Brasileira de Cerâmica 98,00%.

As operações entre a Companhia e suas controladas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminados para fins de preparação das Demonstrações Financeiras consolidadas.

As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

b) Transações e participações das não controladoras

A Companhia e suas controladas tratam as transações com participações não controladoras da mesma forma que as transações com proprietários de ativos classificados como partes relacionadas. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados no patrimônio líquido.

1.2 Demonstrações Financeiras individuais

Nas Demonstrações Financeiras individuais, as controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

Na utilização do método de equivalência patrimonial, a parcela do resultado das controladas destinada a dividendos é reconhecida como dividendos a receber no ativo circulante. Portanto,

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

o valor do investimento está demonstrado líquido do dividendo proposto pela controlada. Desta forma não há reconhecimento de receita de dividendos.

2 Apresentação de informações por segmento de negócio

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e suas controladas.

3 Conversão de moeda estrangeira

a) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para Reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes aos ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado como resultado financeiro.

b) Empresas controladas

Os ativos e passivos em moeda estrangeira (Dólar dos Estados Unidos) registrados por controlada sediada no exterior foram convertidos para reais pela taxa de câmbio no fechamento do balanço e o resultado foi convertido pelas taxas de câmbio médias mensais. A variação cambial sobre o investimento no exterior foi registrada como ajuste acumulado de conversão no patrimônio líquido sob a rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial".

4 Ativos Financeiros

4.1 Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são mensurados, no reconhecimento inicial, ao valor justo.

Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, e outras contas a receber.

4.2 Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros da Companhia são classificados de acordo com o modelo de negócio da Companhia para gestão dos ativos financeiros e nas características dos fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros, conforme segue:

4.3 Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Representam ativos adquiridos para fins de realização no curto prazo, mantidos dentro do modelo de negócios, cujo objetivo seja receber fluxos de caixa contratuais, e nas situações em que os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Após o reconhecimento inicial, são mensurados utilizando-se o custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. A receita de juros, a correção monetária e a variação cambial, deduzidas as perdas por desvalorização, conforme o caso, são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

4.4 Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Representam ativos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais quanto a venda de ativos financeiros; e os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

4.5 Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Representam os demais ativos financeiros que não são mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. As taxas de juros, a variação monetária, a variação cambial e as variações derivadas da avaliação pelo valor justo são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício como receitas ou despesas financeiras, quando incorridas.

4.6 Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (conforme o caso, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Expiram os direitos de recebimento de fluxos de caixa;
- A Companhia e suas controladas transferem seus direitos de recebimento de fluxos de caixa do ativo ou assumem uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro, nos termos de um acordo de repasse; e

 (a) a Companhia transferiu substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo; ou
 (b) a Companhia não transferiu, nem reteve substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o seu controle.

Quando a Companhia e suas controladas cedem seus direitos de recebimento de fluxos de caixa de um ativo ou celebra acordo de repasse, sem ter transferido ou retido substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo ou transferido o controle do ativo, o ativo é mantido e reconhece um passivo correspondente. O ativo transferido e o passivo

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

correspondente são mensurados de forma que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia e suas controladas.

4.7Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia adotou o método da perda esperada e a mensuração com base em toda a vida dos ativos financeiros. É utilizada a abordagem simplificada para os grupos de ativos financeiros, que considera a análise do crédito, o histórico de movimentações e perdas. Indicadores externos não foram considerados pois são capturados no período de avaliação de perda histórica.

O valor de perda é mensurado com base na expectativa de não recebimento da carteira, que é obtida através dos valores de perda histórica por faixa de atraso desde o reconhecimento inicial do recebível. A média de perda histórica de seis meses é aplicada conforme comportamento histórico recente, e assim atribui-se um percentual de risco de crédito. O percentual de risco de crédito é aplicado a cada faixa de vencimento sob o valor total dos contratos. O produto entre os percentuais de perda esperada e os montantes de faixa de vencimento resultam no montante de perda esperada que é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Se, em período subsequente, o valor da perda por não recuperação se reduzir e a redução puder ser associada objetivamente a um evento ocorrido após o reconhecimento da provisão (tal como uma melhora da classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por desvalorização reconhecida anteriormente é reconhecida na demonstração do resultado do exercício. Se uma baixa for recuperada posteriormente, a recuperação é também reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

5 Passivos financeiros

5.1 Reconhecimento Inicial e Mensuração

Passivos financeiros são classificados no reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou ao custo amortizado.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado para a emissão de títulos e dívidas. Esses custos são apropriados ao resultado do período do financiamento, como complemento do custo de captação, ajustando assim a taxa de juros efetiva da operação.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, fornecedores cessão de crédito, contas a pagar por aquisição de investimento e empréstimos e financiamentos.

5.2 Mensuração subsequente

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5.3Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

5.4 Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

5.5 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes de suas operações e utiliza instrumentos financeiros derivativos, tais como contratos de derivativos de swaps de juros para proteger-se dos riscos de taxas de câmbio e de taxas de juros. Instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo (valor de mercado) em cada data de divulgação de balanço. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados como de curto e longo prazo ou segregados em parcela de curto prazo ou de longo prazo com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados, e conforme as características atreladas deste contrato, a companhia apresenta de forma líquida esse contrato de derivativo com o da operação original.

6 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em processo compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e gastos gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda.

7 Depósitos judiciais

Os saldos dos depósitos judiciais estão atualizados monetariamente pela taxa de poupança e apresentados como ativo não circulante, realizável a longo prazo.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Recebíveis da Eletrobrás

Os recebíveis da Eletrobras são decorrentes de valor incontroverso e são reconhecidos com base no cálculo da contadoria de Justiça Federal. Até julho de 2014 o valor era atualizado por índice de inflação, acrescidos de 12% ao ano, quando a Companhia decidiu interromper a atualização do ativo, até nova decisão do valor e dos critérios utilizados neste processo.

9 Investimentos

Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecida no resultado do exercício como receita ou despesa operacional. No caso da variação cambial de investimento na controlada Portobello América Inc., as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas na conta "Ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido da Companhia, e somente são registrados ao resultado do exercício quando o investimento for vendido ou baixado para perda.

A provisão para perdas em investimentos é constituída quando ocorrem perdas de investimentos em controladas e estas perdas excedem o limite do valor contábil do investimento. A Companhia classifica a provisão no passivo não circulante, sob a rubrica "Provisão para perdas em investimentos" e a contrapartida da provisão é registrada no resultado, na rubrica "Resultado da equivalência patrimonial". Outros investimentos estão reconhecidos pelo custo histórico e ajustado pela provisão para impairment, caso exista algum indicador de perda.

10 Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo, deduzido da depreciação acumulada. A contrapartida das reavaliações é registrada em conta própria do patrimônio líquido e em conta de tributos diferidos no passivo não circulante. Em 2010, quando da adoção inicial das normas internacionais CPC 37 e IFRS 1, bem como, da adoção do CPC 43 e ICPC 10, a Companhia adotou a opção de utilizar a reavaliação do imobilizado efetuada em 2006 como custo atribuído, por entender que a mesma representava substancialmente o valor justo na data de transição.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados no custo de produção, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme taxa de depreciação.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), operacionais líquidas" na demonstração do resultado.

11 Intangível

O intangível refere-se ao registro dos direitos que tem por objeto bens incorpóreos, como marcas e patentes, gastos de implantação do sistema de gestão e softwares e direitos de exploração de jazidas de minérios, fundo de comércio. São apresentados pelo custo incorrido na aquisição ou formação e, posteriormente deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Assim são demonstrados ao custo de aquisição, combinada com as taxas anuais de amortização, calculadas pelo método linear, levando em consideração a vida útil definida para o ativo.

A Companhia e suas controladas determinaram a vida útil das marcas e patentes e fundo de comércio como indefinida. Com base em uma análise de todos os fatores relevantes, verificouse que estes ativos não apresentaram limites previsíveis em relação ao período durante o qual se espera que os mesmos gerem fluxos de entrada de caixa líquidos para as entidades.

A recuperação de um ativo intangível com vida útil indefinida é testada comparando o seu valor recuperável com o seu respectivo valor contábil. O procedimento é feito anualmente ou sempre que haja uma indicação de que o ativo intangível pode estar perdendo substância econômica, conforme determinação do CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável.

a. *Impairment* de ativos não financeiros, (exceto estoques, imposto de renda e contribuição social diferidos)

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de *impairment* anualmente e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

12 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

13 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis").

São classificados como passivo circulante, a menos que a Controladora e suas controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o fim do exercício.

14 Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

As provisões para contingências são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação e são avaliadas individualmente pelos consultores jurídicos e legais da Companhia que os classificam de acordo com as expectativas de êxito das causas. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo em função de atualização monetária é reconhecido como despesa financeira.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas Demonstrações Financeiras, e os classificados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Companhia julgar que o ganho é praticamente certo ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

15 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda (25%) e da contribuição social (9%) sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável.

Os créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporárias ativas, assim como, os débitos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de reavaliação de ativo imobilizado e diferenças temporárias passivas. Os créditos levaram em consideração a expectativa futura de geração de lucros tributáveis e estão calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes pela legislação tributária e registrados até o montante considerado como realizável com base em estimativas preparadas pela Companhia.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

16 Benefícios a empregados

a) Plano de previdência privada

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia patrocina plano de benefício com característica de contribuição definida, porém oferece um benefício mínimo de aposentadoria por tempo de serviço ou por idade (componentes de benefício definido). Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente das obrigações de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de serviços passados não reconhecidos. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições aos planos.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são registrados como outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido sob a rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial".

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas e as contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos dos serviços correntes futuros estiver disponível.

b) Plano de participação nos resultados

O reconhecimento desta participação é realizado mensalmente no passivo circulante, sob a rubrica "Outros" e na demonstração do resultado sob a rubrica "Outras despesas operacionais". Seu cálculo baseia-se em uma fórmula que considera o atingimento de 80% do lucro antes dos juros e impostos orçados e está limitado a até 20% do lucro líquido antes das despesas com participação nos resultados

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Incentivo de longo prazo

A Companhia opera um plano de incentivos de longo prazo, segundo os quais a Companhia recebe serviços dos empregados e oferece como contraprestação pagamentos em dinheiro. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca de caixa, é reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido como obrigação é determinado anualmente considerando os principais aspectos: o crescimento do EBITDA e uma relação do EBITDA com a dívida líquida da Companhia. O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a entidade revisa suas estimativas com base nas condições de aquisição de direitos e reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no passivo.

17 Capital social

O capital social da Companhia está representado exclusivamente por ações ordinárias e estão classificadas no patrimônio.

18 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

19 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas e é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre a Companhia e suas controladas.

A receita de venda é reconhecida no momento da entrega física dos bens ou serviços, transferência de propriedade e quando todas as seguintes condições tiverem sido satisfeitas: a) o cliente assume os riscos e benefícios significativos decorrentes da propriedade dos bens; b) o valor da receita pode ser medido com segurança; c) o reconhecimento das contas a receber é provável; e d) os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser medidos com segurança.

a) Venda de produtos - atacado

A Companhia produz e vende uma variedade de revestimentos cerâmicos no mercado atacado. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o atacadista, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos, e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo atacadista. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido embarcados

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

para o local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o atacadista; (iii) o atacadista tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

Os revestimentos cerâmicos são eventualmente vendidos com descontos por volume. Os clientes têm o direito de devolver produtos com defeitos no mercado atacadista. As vendas são registradas com base no preço especificado nos contratos de venda. As vendas são realizadas com prazo de pagamento variado de acordo com o tipo de cliente (Home Centers, Construtoras, Lojas Franqueadas), que não têm caráter de financiamento e são consistentes com a prática do mercado; portanto, essas vendas não são descontadas ao valor presente.

b) Receita de royalties

A receita de royalties é reconhecida pelo regime de competência conforme a essência dos contratos aplicáveis.

c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros, e é reconhecida à medida que há expectativa de realização.

20 Despesas financeiras

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos e financiamentos, variação monetária nas contas a pagar a fornecedores, variação cambial de empréstimos e financiamentos, atualização de parcelamento de impostos e descontos concedidos a clientes. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

II) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

1) Estimativas

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

a) Revisão da vida útil e recuperação dos ativos

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

b) Provisões para contingências

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos e legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

c) Provisões para perda no estoque

A provisão de estoque para potenciais perdas é constituída quando, com base na estimativa da Administração, os itens são definidos como descontinuados, baixo giro e quando os valores dos itens de estoque estiverem a um custo superior ao valor realizável líquido.

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos são baseados em diferenças temporárias e prejuízos fiscais entre os valores contábeis nas Demonstrações Financeiras e a base fiscal. Se a Companhia e suas controladas operarem com prejuízo ou não forem capazes de gerar lucro tributável futuro suficiente, ou se houver uma mudança material nas atuais taxas de imposto ou período de tempo no qual as diferenças temporárias subjacentes se tornem tributáveis ou dedutíveis, seria necessária uma reversão de parte significativa de nosso ativo fiscal diferido, podendo resultar em um aumento na taxa efetiva de imposto.

e) Plano de previdência privada

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A taxa de desconto apropriada é determinada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a administração considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão. Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

21 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Recebíveis da Eletrobrás

O reconhecimento dos recebíveis da Eletrobras embasa-se na opinião dos consultores jurídicos da Companhia e está suportado pelo trânsito em julgado da ação, que se encontra atualmente em liquidação de sentença. Os valores já foram apurados pelo setor de Contadoria da Justiça Federal, observados os contornos da sentença condenatória e os balizamentos observados pelo juiz da causa.

b) Créditos com outras pessoas ligadas com garantias

O recebível da Refinadora Catarinense é reconhecido com base no valor de contrato firmado com a contraparte e no valor das garantias oferecidas. Os créditos cedidos em garantia já foram convertidos em precatório e encontram-se insertos no orçamento da União. A Refinadora Catarinense S/A vem efetuando os pagamentos conforme contrato.

c) Parcelamento MP 470

O valor do parcelamento da MP 470 baseia-se no principio que a Companhia obterá o deferimento do pedido de acordo com a opinião de seus consultores jurídicos.

A Companhia já requereu a prestação jurisdicional para obter a homologação judicial do parcelamento a que alude a MP 470. A referida ação — Mandado de Segurança — tem como desfecho praticamente certo a sua procedência, secundada no pronunciamento da área jurídica da Companhia, bem como de dois escritórios de advocacia de notória especialização (Demarest Almeida e Souza Cescon). A título de esclarecimento, o mandado de segurança impetrado para buscar a homologação judicial do parcelamento foi denegado em primeira instância. Em sede recursal, o TRF da 4ª Região deu parcial provimento ao recurso. A Companhia mantém o pronunciamento de reverter a questão jurídica remanescente no Superior Tribunal de Justiça.

d) Benefícios fiscais de ICMS

A Companhia possui incentivo fiscal de ICMS denominado PRODEC - Programa de desenvolvimento da empresa Catarinense - concedido pelo governo estadual de Santa Catarina. O Supremo Tribunal Federal — STF proferiu decisões em Ações Diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados. Embora não possua incentivos fiscais de ICMS julgados pelo STF, a Companhia vem acompanhando, juntamente com seus assessores legais, a evolução dessa questão nos tribunais para determinar eventuais impactos em suas operações e consequentes reflexos nas Demonstrações Financeiras.

No estado de Alagoas, a Companhia possui incentivo fiscal denominado PRODESIN – Programa de Desenvolvimento Integrado. Os benefícios fiscais do PRODESIN consistem em diferimento do ICMS incidente sobre os bens adquiridos no país e no exterior destinados ao ativo fixo; diferimento do ICMS incidente sobre a matéria-prima adquirida no país ou no exterior; crédito presumido de 50% (cinquenta por cento) do ICMS relativo aos produtos da filial localizada no estado; diferimento para 360 (trezentos e sessenta) dias do ICMS a ser recolhido; financiamento

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de parte do ICMS devido ao estado em até 84 (oitenta e quatro) parcelas mensais com carência de 24 (vinte e quatro) meses para o pagamento da primeira parcela.

e) Auto de infração

Em 2014 e 2016, a Companhia foi cientificada da lavratura de Autos de Infração que constituíram créditos tributários de IRPJ e CSLL (bem como, penalidades pecuniárias e juros), referentes aos anos calendários de 2009 a 2013. A Companhia apresentou defesa e encontra-se aguardando o julgamento da referida impugnação.

f) Ativos fiscais

As estimativas e as premissas contábeis nos ativos fiscais na Companhia são relevantes e as informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:
- i) Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos
- ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
- iii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
- iv) Contratos de construção não terminada
- v) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não se aplica, visto que as operações que não estão registradas no balanço patrimonial foram evidenciadas nas demonstrações financeiras referentes os últimos três exercícios sociais.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia possui passivos contingentes de natureza trabalhista e civil, que de acordo com a avaliação dos riscos oriundos avaliados pelos assessores jurídicos da Companhia, há possibilidade de serem incorridas perdas nessas áreas. Tanto os ativos contingentes como os passivos contingentes estão demonstrados nas notas explicativas, que são partes integrantes das demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Para os passivos contingentes, havendo a possibilidade de serem incorridas perdas, o reconhecimento será outras despesas operacionais.

b) Natureza e o propósito da operação

Conforme descrito no item 10.6 (b), os passivos contingentes referem-se a processos de natureza cível e trabalhista.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não se aplica.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Investimentos, incluindo:

i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

No plano de negócios estão previstos investimentos da ordem de R\$ 149 milhões, sendo R\$ 123 milhões ao longo de 2019, e R\$ 26 milhões em 2020.

A Companhia pretende investir R\$ 123 milhões ao longo de 2019 com o objetivo de dar continuidade a sua estratégia de expansão.

Do montante previsto para investimento em 2019, cerca de 49% destina-se ao projeto de ampliação e modernização da unidade fabril em Tijucas (SC), no qual cerca de R\$ 56,8 milhões serão reservados para aquisição de máquinas e equipamentos novos, R\$ 2,38 milhões para melhorias do parque fabril e R\$ 1 milhão para atualizações fabris de segurança. Adicionalmente 12% será destinado a expansão da Portobello Shop, 13% para novos negócios ,12% para iniciativas comerciais e logística e 14% em outras iniciativas.

ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Os fluxos de desembolso financeiro para os investimentos estão equilibrados com a geração de caixa das operações, e a retenção de lucros do exercício de 2018 proposta a ser aprovada pela Assembleia Geral Ordinária.

iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há previsão de desinvestimentos relevantes.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não se aplica, dado que o último caso dessa natureza ocorreu em 2015, quando foi inaugurada a nova fábrica em Alagoas, o motor da marca Pointer.

- c) Novos produtos e serviços, indicando:
- i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não foram divulgadas pesquisas de novos produtos.

ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

A estimativa de gastos com pesquisas para desenvolvimento de novos produtos é de R\$ 6,4 milhões em 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Conforme divulgado nos itens anteriores, a unidade fabril de Alagoas está atendendo o mercado no Nordeste através da marca Pointer.

• Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os gastos estão incluídos no montante descrito no item ii acima.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Não se aplica, pois todos os fatores já foram comentados acima.